

CURSO: GRADUAÇÃO EM DIREITO**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 01**

A “Associação Mobilidade para Todos”, formada por estudantes universitários, organizou uma reunião pacífica em praça pública para discutir propostas de melhoria do transporte coletivo municipal. O evento foi amplamente divulgado em redes sociais, com indicação de data, horário e local, mas não houve protocolo de comunicação formal perante qualquer órgão da Administração Pública. Ao tomar conhecimento do evento pelas redes sociais, a “Associação Cidadania em Ação”, entidade regularmente registrada, decidiu realizar reunião no mesmo local e horário. Seus integrantes compareceram mais cedo à praça e impediram a realização da reunião organizada pela “Associação Mobilidade para Todos”. Para justificar sua conduta, alegaram que possuíam preferência por serem uma associação formalmente registrada e que a “Associação Mobilidade para Todos” não poderia exercer direitos associativos, pois teria sido constituída sem autorização do poder público. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A reunião é ilegal, porque o exercício do direito de reunião depende de autorização prévia do poder público.
- A reunião é ilegal, pois o prévio aviso somente é válido quando realizado por meio de comunicação formal protocolado perante a Administração Pública.
- A “Associação Mobilidade para Todos” não pode exercer direitos constitucionais relacionados à liberdade de associação, pois a criação de associações depende de autorização prévia do poder público.
- **A reunião pode ser considerada legítima, pois o prévio aviso não exige forma específica e pode ser realizado por meios que permitam ao poder público tomar conhecimento do evento, sendo desnecessária autorização administrativa. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 02

Durante uma aula de Direito Constitucional, um professor solicitou aos alunos que identificassem a natureza jurídica da cidadania no sistema constitucional brasileiro. Após o debate, verificou-se divergência quanto à classificação feita pela turma. Tendo em vista a situação hipotética, à luz da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a cidadania é:

- **Fundamento da República Federativa do Brasil. – OPÇÃO CORRETA**
- Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- Direito e garantia fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal.
- Princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Questão 03

Marcos requereu à Secretaria de Fazenda de seu estado a expedição de certidão necessária para comprovar a inexistência de débitos tributários em procedimento de financiamento imobiliário. Apesar de preencher todos os requisitos legais e de a certidão dizer respeito a informações de seu próprio interesse, a Administração Pública negou o pedido sem apresentar justificativa. Inconformado, Marcos procurou assistência jurídica para adotar a medida constitucional adequada destinada a assegurar a obtenção da certidão. Considerando a situação hipotética, o remédio constitucional cabível é:

- *Habeas data*.
- *Habeas corpus*.
- Mandado de injunção.
- **Mandado de segurança. – OPÇÃO CORRETA**

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 04

Durante auditoria realizada em determinada secretaria municipal, o secretário constatou que diversos servidores estavam descumprindo orientações internas relativas ao uso de veículos oficiais. Diante da situação, determinou a edição de uma ordem de serviço estabelecendo novos procedimentos de controle da frota e exigindo que os chefes imediatos fiscalizassem seu cumprimento. Além disso, ao verificar que um servidor havia utilizado veículo oficial para fins particulares, instaurou processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos e eventual aplicação de sanção. Considerando os poderes da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A edição da ordem de serviço decorre do poder regulamentar, enquanto a instauração do processo administrativo disciplinar representa exercício do poder de polícia.
- **A edição da ordem de serviço constitui manifestação do poder hierárquico, ao passo que a instauração do processo administrativo disciplinar configura exercício do poder disciplinar. – OPÇÃO CORRETA**
- Tanto a edição da ordem de serviço quanto a instauração do processo disciplinar decorrem do poder de polícia, pois envolvem restrições impostas pela Administração em benefício do interesse público.
- A edição da ordem de serviço e a instauração do processo disciplinar constituem manifestações exclusivas do poder disciplinar, uma vez que ambas decorrem da relação de subordinação existente entre Administração e servidor.

Questão 05

O governador de determinado estado pretende descentralizar a execução de atividades relacionadas à gestão de rodovias estaduais. Para tanto, encaminhou projeto de lei criando uma pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, autonomia administrativa e capacidade para exercer atividades típicas de Estado relacionadas à fiscalização e administração da malha rodoviária estadual. Considerando o regime jurídico da Administração Pública direta e indireta, assinale a afirmativa correta.

- A entidade descrita corresponde a uma fundação pública de direito privado, cuja criação independe de autorização legislativa.
- A entidade descrita corresponde a um órgão público da Administração direta, razão pela qual não possuirá personalidade jurídica própria.
- **A entidade descrita corresponde a uma autarquia, integrante da Administração indireta, dotada de personalidade jurídica própria de direito público. – OPÇÃO CORRETA**
- A entidade descrita corresponde a uma empresa pública, que necessariamente possui personalidade jurídica de direito privado e exerce atividades típicas de Estado.

Questão 06

O município Alfa autorizou determinada empresa privada a utilizar, de forma precária, uma área pública para a realização de uma feira gastronômica mensal. O ato foi regularmente praticado e a empresa passou a explorar a atividade nos termos definidos pela Administração. Após um ano, o município decidiu implantar no local um projeto de revitalização urbana que exigiria a utilização integral da área anteriormente destinada à feira. Diante disso, a Administração decidiu extinguir a autorização concedida à empresa. Considerando a situação hipotética e, ainda, as formas de extinção dos atos administrativos, é correto afirmar que a extinção do ato configura:

- Cassação, pois a empresa deixou de atender aos pressupostos que justificaram a autorização.
- Caducidade, pois a Administração passou a adotar nova política pública para a utilização da área.
- Anulação, uma vez que a Administração verificou a incompatibilidade da autorização com o interesse público atual.
- **Revogação**, pois a autorização é ato discricionário e precário, podendo ser retirada por razões supervenientes de conveniência e oportunidade. – OPÇÃO CORRETA

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 07

Carlos, proprietário de um imóvel urbano avaliado em R\$ 800.000,00 e severamente endividado, celebrou escritura pública de compra e venda do bem em favor de seu irmão Marcelo, com declaração de preço de R\$ 100.000,00. Entretanto, ficou provado que nenhum pagamento ocorreu, que Carlos permaneceu residindo no imóvel e continuou a arcar com todas as despesas incidentes sobre o bem, e que ambos haviam acordado apenas aparentar a alienação patrimonial para dificultar eventual constrição judicial promovida por credores. Cinco anos após a celebração do negócio, um dos credores descobre os fatos e pretende questionar judicialmente o negócio celebrado. Considerando o regime jurídico previsto no Código Civil brasileiro, é correto afirmar que o negócio jurídico é:

- Anulável por fraude contra credores, submetendo-se ao prazo prescricional geral de dez anos.
- Anulável por vício social, sujeitando-se ao prazo decadencial de quatro anos, contado da celebração do negócio.
- Válido entre as partes, produzindo efeitos integralmente, sendo possível apenas a responsabilização civil dos envolvidos.
- **Nulo em razão de simulação, podendo a nulidade ser alegada a qualquer tempo, inexistindo prazo decadencial ou prescricional para a pretensão declaratória de nulidade. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 08

Roberto, advogado de uma renomada instituição de ensino, ajuizou uma ação de reintegração de posse em face de Cláudio, que ocupava irregularmente um imóvel pertencente à faculdade. No curso do processo, antes que o mandado possessório fosse cumprido e, ainda, visando induzir o juízo a erro em futura perícia de constatação, Cláudio realizou uma reforma estrutural clandestina no local, alterando substancialmente a disposição dos cômodos e destruindo as benfeitorias antigas que comprovariam o tempo da ocupação. Considerando o regramento processual civil vigente, o magistrado deverá reconhecer que a conduta de Cláudio configura:

- Litigância de má-fé pela interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório.
- **Ato atentatório à dignidade da justiça por inovação ilegal no estado de fato de bem litigioso. – OPÇÃO CORRETA**
- Abuso do direito de ação pelo ajuizamento de demanda sobre direito manifestamente prescrito.
- Ato ilícito processual por oferecimento de contestação contrária a enunciado de súmula vinculante.

Questão 09

Helena teve o portão de sua residência severamente danificado após uma bicicleta, conduzida por Guilherme –jovem de 15 anos de idade –, atingi-lo. sem conseguir obter o ressarcimento amigável com os familiares do jovem, Helena ajuizou uma ação de indenização por danos materiais perante a Vara Cível competente. Regularmente citado por oficial de justiça, que colheu sua assinatura no mandado, Guilherme entregou o documento ao seu pai, para que buscasse orientação jurídica. Diante do cenário hipotético apresentado e das normas que regem a capacidade processual no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- **Guilherme não possui capacidade processual para figurar isoladamente em juízo, devendo ser representado por seus pais. – OPÇÃO CORRETA**
- Diante da ausência de representantes legais aptos, caberá ao magistrado condutor do feito a nomeação de um curador especial.
- Constatada em juízo a irregularidade de sua representação, o magistrado extinguirá o processo de imediato sem julgar o mérito.
- A citação recebida pessoalmente por Guilherme é válida, cabendo aos seus genitores apenas assisti-lo na prática dos atos processuais.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 10

No âmbito de ação penal deflagrada para apurar a suposta prática do crime de estupro de vulnerável, foi decretado o segredo de justiça, nos termos do art. 234-B, do Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu o Código Penal Brasileiro. Na data designada para a realização do depoimento especial da vítima – adolescente de 13 anos de idade –, o técnico judiciário incumbido da operação dos sistemas audiovisuais e de transmissão interna constatou que o genitor da menor insistia em acompanhar o ato processual do interior da sala de audiências principal, onde já se encontravam o membro do Ministério Público e o patrono do acusado. Nada obstante a ciência inequívoca de que o provimento judicial ordenador do ato não continha autorização expressa para a permanência de familiares no recinto de transmissão, o referido servidor, justificando sua conduta no liame de parentesco e no manifesto interesse do genitor, procedeu à ativação do sinal de áudio e vídeo para a mencionada sala, franqueando a todos os presentes o acompanhamento do ato em tempo real. Ulteriormente, ao tomar ciência da transmissão efetuada a terceiros, a adolescente manifestou severo abalo anímico, asseverando a ausência de seu indispensável e prévio consentimento. À luz da situação hipotética e do ordenamento jurídico pátrio aplicável à espécie, assinale a afirmativa correta.

- O servidor público não cometeu crime, pois, o pai da adolescente, na qualidade de representante legal e guardião do bem jurídico da menor, ostenta interesse jurídico direto na causa, descaracterizando o elemento normativo “pessoa estranha ao processo”.
- O técnico judiciário preencheu os elementos do tipo penal sedimentado em lei; contudo, sua responsabilidade penal é afastada pelo estrito cumprimento do dever legal e pelo direito constitucional de informação conferido às vítimas e seus familiares nos processos criminais.
- A conduta do servidor é materialmente atípica em relação ao crime de violação de sigilo processual, na medida em que a infração penal em comento exige dolo específico de causar prejuízo ou revitimização à menor, elemento subjetivo ausente na conduta de quem agiu com o intuito de informar o pai da vítima.
- **O crime restou consumado na conduta do técnico judiciário, uma vez que o ordenamento jurídico em vigor exige a concorrência cumulativa da ausência de autorização judicial e da ausência de consentimento do depoente ou de seu representante legal; como a adolescente (depoente) não consentiu e o juiz não autorizou, a presença de consentimento do representante isoladamente não afasta a tipicidade. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 11

Determinado município da Unidade Federativa de Minas Gerais editou um decreto normativo para regulamentar o fluxo de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência, buscando adequar os órgãos locais aos ditames do ordenamento jurídico que disciplina o tema. Durante a elaboração do plano operativo de atendimento, a Comissão Interseccional:

- I. Determinou que, em homenagem ao princípio da especialidade, a capacitação dos profissionais de segurança pública (policiais) e dos profissionais de saúde deve ocorrer de forma separada e isolada, vedando-se cursos conjuntos para evitar o cruzamento inadequado de atribuições institucionais.
- II. Estabeleceu que, nos casos de notificação de violência sexual, o atendimento de saúde emergencial e os procedimentos para a produção probatória imediata deverão aguardar a conclusão do relatório psicossocial inicial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a fim de garantir a ordem cronológica e a idoneidade das intervenções.
- III. Fixou que as ações articuladas devem priorizar o atendimento em razão da idade do menor ou de eventual prejuízo ao seu desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção preventiva.

Tendo em vista as disposições literais e teleológicas do ordenamento jurídico pátrio que regula a matéria, assinale a afirmativa correta.

- A diretriz local II está correta, uma vez que o ordenamento normativo que disciplina o tema condiciona as medidas de produção probatória na violência sexual à prévia manifestação do responsável técnico da assistência social (rede de proteção), visando resguardar a integridade psíquica da vítima.
- As diretrizes locais I e III estão corretas, pois a separação técnica dos profissionais de segurança e de saúde preserva a mínima intervenção prevista na norma brasileira que disciplina a matéria; a diretriz II é ilegal por mitigar a celeridade do atendimento que deve ser imediato após a revelação da violência.

- Todas as diretrizes locais adotadas pelo Município são plenamente válidas, haja vista que a legislação brasileira que dispõe sobre a matéria confere autonomia político-administrativa aos entes federados para desenhar os fluxos de articulação conforme as realidades e capacidades orçamentárias locais.
- **Apenas a diretriz local III está em perfeita consonância com a ordem normativa nacional que dispõe sobre o tema, na medida em que a lei impõe a priorização do atendimento por idade ou prejuízo ao desenvolvimento; a diretriz I contraria a preferência por capacitação conjunta; e a diretriz II viola o mandamento de urgência e celeridade nos casos de violência sexual. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 12

A equipe interprofissional de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) realiza o atendimento de um adolescente de 15 anos, de nacionalidade estrangeira e em situação migratória irregular no país, que foi vítima de violência institucional e comunitária. Durante o procedimento de escuta especializada, os profissionais se deparam com três impasses: 1) o adolescente manifesta expressamente o desejo de não relatar os detalhes da violência sofrida e prefere guardar silêncio sobre determinados fatos; 2) o coordenador do CREAS sugere que, para otimizar o tempo e evitar novos agendamentos, o jovem seja ouvido no horário padrão de funcionamento do órgão, ignorando a alegação do adolescente de que estuda em período integral e trabalha em regime de aprendizagem no contraturno; e 3) autoridade administrativa local exige o repasse integral do relatório com as declarações do jovem para fins de estatística migratória do município. Considerando o caso hipotético e as garantias fundamentais previstas expressamente no ordenamento jurídico brasileiro que regulamenta a matéria, assinale a afirmativa correta.

- A equipe técnica do CREAS deve realizar o atendimento adaptado; contudo, a confidencialidade das declarações da vítima cede espaço ao poder de polícia da Administração Pública, que possui o direito de utilizar os relatos para o mapeamento e controle da regularidade migratória regional.
- A situação migratória irregular do adolescente obsta a aplicação integral dos direitos previstos no ordenamento jurídico pátrio que dispõe sobre a matéria, aplicando-se, nestes termos, o Estatuto do Estrangeiro, que autoriza o repasse compulsório de suas declarações para a autoridade administrativa local.
- O direito ao silêncio é uma prerrogativa restrita ao depoimento especial perante a autoridade judiciária em razão da ampla defesa; no âmbito da escuta especializada e do atendimento protetivo, o adolescente tem o dever de cooperação, sendo vedada a recusa em relatar a situação de violência aos órgãos assistenciais.
- **O adolescente tem o direito fundamental de ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, sempre que possível, bem como o de permanecer em silêncio; ademais, suas informações devem ser tratadas confidencialmente, sendo vedado o repasse a terceiros para fins puramente estatísticos ou administrativos. – OPÇÃO CORRETA**

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 13

Durante festival gastronômico realizado em uma cidade do interior, Marcos, enfermeiro e integrante contratado e designado da equipe de primeiros-socorros do evento, foi informado por colegas de que um participante havia se sentido mal e desmaiado próximo à área de alimentação. Embora estivesse escalado para atender a ocorrências médicas e possuísse os equipamentos necessários para prestar auxílio imediato, Marcos decidiu permanecer em seu posto, já que estava em seu horário de almoço, e os demais socorristas designados ou outra pessoa acabariam socorrendo a vítima. Por circunstâncias diversas de atendimento de outras ocorrências de primeiros-socorros, nenhum outro integrante da equipe poderia chegar ao local a tempo, como de fato não chegaram. A vítima permaneceu sem atendimento por longo período e veio a falecer em razão de complicações que poderiam ter sido evitadas com intervenção rápida e adequada. Após a investigação, discutiu-se a possibilidade de responsabilização penal de Marcos pelo resultado morte. Considerando as disposições do Código Penal brasileiro sobre a relevância da omissão e a teoria da imputação objetiva, assinale a afirmativa correta.

- A omissão de Marcos é juridicamente irrelevante para fins de imputação penal, por ausência de nexo normativo entre a inércia do agente e o resultado ocorrido.
- A presença de Marcos no evento é suficiente para torná-lo responsável pelo resultado, independentemente de possuir atribuição específica e possibilidade física de atendimento.
- **Marcos pode ser responsabilizado pelo resultado morte, na modalidade omissiva imprópria, como garantidor, caso fique demonstrada capacidade física e técnica de evitar a ocorrência do resultado. – OPÇÃO CORRETA**
- Marcos não pode responder por crime omissivo próprio ou impróprio, pois resultados mais graves não podem ser atribuídos a quem se limita a não agir, especialmente porque estava em seu horário de almoço, desvinculando-se de qualquer obrigação de cuidado.

Questão 14

Durante a investigação de um suposto esquema de desvio de recursos em uma entidade beneficente, policiais receberam, de forma anônima, arquivos digitais contendo mensagens privadas trocadas entre os principais suspeitos. Posteriormente, utilizando, exclusivamente, as informações extraídas dessas mensagens, a autoridade policial identificou uma sala comercial onde estariam armazenados documentos relacionados aos fatos investigados. Com base nessas informações, foi requerida e obtida autorização judicial para busca e apreensão no local, ocasião em que foram encontrados contratos, planilhas e registros financeiros que confirmavam parte das suspeitas. Na fase processual, a defesa sustentou que a obtenção inicial das mensagens ocorreu mediante violação indevida da privacidade dos investigados. Considerando as regras processuais relativas à admissibilidade das provas, assinale a afirmativa correta.

- A alegação de ilicitude da prova somente pode ser analisada após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- A eventual ilicitude das mensagens iniciais não interfere na validade das demais provas produzidas durante a investigação.
- Os documentos apreendidos poderão ser utilizados normalmente, pois foram obtidos mediante autorização judicial regularmente concedida.
- **Caso se demonstre que a busca e apreensão somente foi possível em razão das informações extraídas das mensagens obtidas illicitamente, não havendo fonte independente ou descoberta inevitável, os elementos posteriormente produzidos poderão ser contaminados pela ilicitude originária. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 15

Beatriz, mediante a utilização de artifícios fraudulentos, convenceu Carlos a lhe entregar determinada quantia em dinheiro sob a falsa promessa de intermediar a aquisição de um veículo. A entrega do valor ocorreu na cidade Alfa, ocasião em que a vítima foi induzida em erro e sofreu prejuízo patrimonial. Após a descoberta da fraude, instaurou-se inquérito policial para apuração da suposta prática do crime de estelionato. Concluída a investigação, surgiu divergência acerca do juízo competente para processar e julgar a futura ação penal, diante da necessidade de definição da competência territorial para o julgamento do caso. À luz das disposições do Código de Processo Penal (CPP) relativas à competência territorial, é correto afirmar que a competência será:

- Definida pelo domicílio do investigado, ainda que exista local certo para a consumação da infração penal.
- **Determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal, em regra, ressalvadas as exceções previstas em lei. – OPÇÃO CORRETA**
- Fixada pelo local em que foi instaurado o inquérito policial, independentemente do local da consumação do crime.
- Definida pelo local de residência da vítima, por ser o lugar em que os efeitos patrimoniais do delito foram sentidos.

DÍVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA**Questão 16**

O Estado de Minas Gerais ingressou com a execução fiscal contra determinada pessoa jurídica para a cobrança de crédito tributário. Localizado, penhorado e avaliado o imóvel, houve apresentação de embargos, pela devedora, os quais foram rejeitados. Estipulada a alienação do bem por leilão, este foi arrematado, sendo devidamente depositado o valor em juízo e colocado à disposição do credor. Antes da conversão do depósito em renda a favor do Estado, a União e o município de Belo Horizonte, também credores da Pessoa Jurídica devedora proprietária do bem em alienação, realizaram penhora do valor total da dívida depositado em juízo, para que também fossem pagos valores a eles devidos. Nos termos do ordenamento jurídico atual, sobre o valor arrecadado com a alienação do imóvel, é correto afirmar que:

- Deverá ser integralmente entregue ao estado de Minas Gerais, visto que ingressou com a competente Execução Fiscal, na qual ocorreu a regular penhora e alienação do bem. Somente em caso de sobra de valores deverá ser destinado igualmente à União e ao Município de Belo Horizonte.
- **Na cobrança judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública, haverá concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público indicadas na questão, devendo o valor apurado ser rateado entre as três pessoas jurídicas de direito público, proporcionalmente ao crédito que a pessoa jurídica devedora tenha com cada uma delas (pro rata). – OPÇÃO CORRETA**
- Deverá ser integralmente entregue ao Estado de Minas Gerais, visto que ingressou com a competente Execução Fiscal, na qual ocorreu a regular penhora e alienação do bem. Somente em caso de sobra de valores deverá ser destinado proporcionalmente à União e ao Município de Belo Horizonte, na medida da dívida da pessoa jurídica devedora com cada uma delas.
- Na cobrança judicial de Dívida Ativa da Fazenda Pública, haverá concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público indicadas na questão, devendo o valor ser entregue na seguinte ordem: I) União e suas autarquias; II) Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; e III) Municípios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; sendo assim, o dinheiro deverá ser destinado inicialmente à União e suas autarquias e, somente em caso de sobra, deve ser entregue ao Estado de Minas Gerais, que em caso de sobra as destina ao Município de Belo Horizonte.

Questão 17

“Não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.” Nesse contexto, considere, hipoteticamente, que o oficial de justiça avaliador de determinada Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte deve realizar três penhoras para fins de execução fiscal das pessoas e seus respectivos patrimônios, conforme indicado a seguir:

Devedor A: veículos; pedras preciosas; e imóveis;

Devedor B: aeronave; título da dívida pública; e semoventes; e

Devedor C: ações; navios; e móveis.

Considerando que qualquer bem penhorado dos três devedores será suficiente ao pagamento de sua respectiva dívida e, ainda, tendo em vista a ordem de preferência da penhora de bens nas execuções fiscais, o oficial de justiça deverá penhorar:

- Devedor A: imóveis; Devedor B: aeronave; e Devedor C: ações.
- Devedor A: imóveis; Devedor B: semoventes e Devedor C: navios.
- Devedor A: veículos; Devedor B: semoventes; e Devedor C: móveis.
- Devedor A: pedras preciosas; Devedor B: título da dívida pública; e Devedor C: navios. – OPÇÃO CORRETA

Questão 18

Um dos princípios que regem a execução fiscal é o princípio da indisponibilidade do crédito tributário. Sobre a recente jurisprudência, cujo objeto foi a possibilidade ou não de extinção de execuções fiscais devido ao baixo valor do crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.
- II. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa.
- III. O ajuizamento da execução fiscal dependerá do prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida.
- IV. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas que deveriam ter sido realizadas previamente; nesse caso, o juiz deve ser comunicado do prazo para as providências cabíveis.

Está de acordo com a jurisprudência atual o que se afirma em

- I, II, III e IV. – OPÇÃO CORRETA
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Questão 19

Tendo em vista as disposições expressas e a orientação político-criminal da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, bem como rege o processo perante o Juizado Especial Criminal, são considerados critérios orientadores e objetivos finalísticos consagrados expressamente no texto da referida normativa:

- Oralidade, solenidade, informalidade, suficiência processual e celeridade; fixando como meta principal a punição célere do autor do fato por meio de penas alternativas.
- Oralidade, publicidade, informalidade, economia processual e celeridade; objetivando, de forma absoluta, a aplicação de penas restritivas de direitos em detrimento das penas de multa.
- Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade; objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. – OPÇÃO CORRETA
- Oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade; possuindo como objetivos primordiais e taxativos, sempre que possível, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Questão 20

Considerando as disposições expressas na Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências acerca do procedimento a ser adotado na audiência de instrução e julgamento no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não instituído o juízo arbitral, a audiência de instrução e julgamento realizar-se-á imediatamente, salvo se houver demonstração de inequívoco prejuízo para a defesa.
- II. Se a audiência de instrução e julgamento não puder ser realizada de forma imediata após a frustração do juízo arbitral, o ato será designado para um dos trinta dias subsequentes, saindo as partes cientes e intimando-se as testemunhas por mandado.
- III. Todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência serão decididos de plano pelo magistrado, ao passo que as demais questões serão decididas na própria sentença.
- IV. A apresentação de documentos por uma das partes em audiência ensejará a manifestação imediata da parte contrária, o que ensejará a suspensão temporária do ato para garantia do contraditório.

Está correto o que se afirma apenas em

- I e II.
- I e III. – **OPÇÃO CORRETA**
- II e IV.
- III e IV.

Questão 21

Jim, Dado, Lido e Gina são acadêmicos do curso de bacharelado em direito do “Centro Universitário União Edificadora de Minas Gerais”. No dia 20 de agosto de 2026, os referidos discentes apresentarão um seminário acadêmico versando sobre o microsistema dos Juizados Especiais Cíveis. Para tanto, a divisão metodológica do conteúdo programático atribuiu a cada integrante a responsabilidade pela análise técnica de frações distintas do diploma legislativo que disciplina a matéria. Após detalhada pesquisa jurisprudencial e institucional realizada no portal eletrônico do Tribunal de Justiça da Unidade Federativa de Minas Gerais, Jim constatou que os conciliadores e juízes leigos ostentam a natureza jurídica de auxiliares da justiça. A investidura dessas funções recai, preferencialmente, quanto aos primeiros, sobre bacharéis em direito e, no tocante aos segundos, sobre advogados que comprovem mais de três anos de efetivo exercício profissional. Ademais, cumpre destacar que os juízes leigos, durante o período em que exercerem o múnus público, ficam submetidos ao impedimento do exercício da advocacia perante o microsistema dos juizados especiais. Após detido estudo doutrinário e legislativo, Dado constatou que o Juizado Especial Criminal, cuja composição abrange magistrados togados ou colegiados integrados por juízes togados e leigos, detém competência absoluta em razão da matéria para processar, conciliar, julgar e executar as infrações penais de menor potencial ofensivo. Esse rol compreende a totalidade das contravenções penais e os crimes cuja pena máxima *in abstracto* não ultrapasse o patamar de dois anos, observados, ainda, os critérios de modificação de competência por conexão e continência. Lido, por sua vez, realizou pesquisa empírica perante o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Muriaé – Unidade Federativa de Minas Gerais, versando sobre a sistemática recursal da cognominada “Lei dos Juizados”. Ao término do estudo, o acadêmico constatou a admissibilidade da interposição de embargos de declaração tanto por peça escrita quanto por manifestação oral, a qual deverá ocorrer no prazo peremptório de cinco dias, contados a partir da inequívoca ciência do ato decisório. Outrossim, verificou que o manejo dos “embargos aclaratórios” opera efeito interruptivo do prazo para a interposição de eventuais recursos subsequentes. Sob o influxo das orientações de Lido, Gina também empreendeu pesquisa empírica perante o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Muriaé – Unidade Federativa de Minas Gerais. Ao término de sua investigação, a acadêmica constatou que, no âmbito do referido microsistema processual, todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que atípicos por não estarem expressamente especificados em lei, revelam-se idôneos para demonstrar a veracidade das alegações fáticas deduzidas pelas partes. Ademais, verificou que as testemunhas – limitadas ao número máximo de cinco para cada polo da demanda – deverão comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento sob a condução da própria parte que promoveu o seu arrolamento, prescindindo de prévia intimação, a qual somente será realizada mediante expresse requerimento do interessado. Tendo em vista o caso hipotético narrado, é correto afirmar que as conclusões completamente corretas foram feitas por:

- Jim e Lido.
- Lido e Gina.
- Dado e Lido. – **OPÇÃO CORRETA**
- Dado e Gina.

PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Questão 22**

Camila adquiriu, no estabelecimento Mercado Beta, caixas de tomates *in natura*, vendidos para consumo imediato, sem indicação de origem, produtor responsável ou qualquer elemento de rastreabilidade no rótulo ou na embalagem. O produto foi exposto em prateleiras abertas, em condições normais de comercialização. O Mercado Beta informou, em atendimento interno, que costuma adquirir tais produtos predominantemente da Fazenda Gama Agropecuária, embora também realize aquisições eventuais de outros produtores locais, não sendo possível individualizar a origem específica da mercadoria adquirida por Camila. Ao chegar em sua residência, Camila constatou que os produtos apresentavam sinais de deterioração avançada, tornando-os impróprios para o consumo. Considerando as normas do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a responsabilidade civil pelo vício do produto, no caso concreto, recai sobre:

- O Mercado Beta, fornecedor imediato do produto. – **OPÇÃO CORRETA**
- A Fazenda Gama Agropecuária, provável produtora do produto.
- O Mercado Beta e a Fazenda Gama Agropecuária, solidariamente, por integrarem a cadeia de fornecimento do produto.
- Nenhum dos fornecedores, por se tratar de produto *in natura*, cuja responsabilidade é afastada quando destinado ao consumo imediato.

Questão 23

Em 10 de janeiro de 2026, Gabriel adquiriu uma geladeira duplex da empresa Eletro Épsilon S.A., destinada ao uso residencial. O eletrodoméstico foi entregue em sua residência na mesma data, permanecendo acondicionado na embalagem original do fabricante. No dia seguinte à entrega, Gabriel foi designado para prestar serviços profissionais em outro estado, permanecendo ausente de sua residência por cerca de dois meses. Durante esse período, o produto não foi desembalado, instalado ou submetido a qualquer utilização. Ao retornar, em 11 de março de 2026, Gabriel decidiu providenciar a instalação do equipamento. Nesse momento, verificou que uma das portas do refrigerador não acompanhava o produto entregue, circunstância que inviabiliza sua utilização regular. Diante da situação hipotética e, ainda, considerando as disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), o direito de Gabriel de reclamar do vício apresentado pelo produto caduca em:

- Trinta dias, iniciando-se sua contagem a partir da data da entrega efetiva da geladeira, em 10 de janeiro de 2026.
- Noventa dias, iniciando-se sua contagem a partir da data da entrega efetiva da geladeira, em 10 de janeiro de 2026. – **OPÇÃO CORRETA**
- Trinta dias, iniciando-se sua contagem a partir da data da constatação, por Gabriel, da ausência de porta na geladeira, em 11 de março de 2026.
- Noventa dias, iniciando-se sua contagem a partir da data da constatação, por Gabriel, da ausência de porta na geladeira, em 11 de março de 2026.

Questão 24

Felipe adquiriu, no estabelecimento Loja Ômega, uma cafeteira elétrica da marca CaféDelta, destinada ao preparo doméstico de bebidas quentes. O produto foi fabricado pela Indústria Delta e embalado em linha industrial, sendo disponibilizado ao consumidor em embalagem lacrada. A cafeteira foi entregue com manual de instruções genérico, sem orientações específicas sobre riscos de operação, como necessidade de programação de desligamento automático e cuidados com superaquecimento, inexistindo material técnico complementar fornecido no ato da comercialização. Após a instalação e início de uso, Felipe verificou ausência de instruções detalhadas de segurança indispensáveis à adequada utilização do equipamento. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o dever de prestar as informações necessárias e adequadas a respeito dos riscos à saúde ou segurança decorrentes da cafeteira elétrica, por meio de impressos que devem acompanhar o produto, recai sobre:

- A Indústria Delta e a Loja Ômega, de forma solidária, pela inserção do produto industrial no mercado de consumo.
- A Indústria Delta, exclusivamente, na condição de fabricante do produto industrial colocado no mercado de consumo. – **OPÇÃO CORRETA**
- A Loja Ômega, exclusivamente, na condição de comerciante do produto industrial colocado à disposição do consumidor final.
- A Loja Ômega, subsidiariamente à Indústria Delta, na hipótese de insuficiência de informações prestadas pelo fabricante do produto industrial.

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Questão 25

Em um sábado à noite, por volta das 21h30, uma advogada procura orientação perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais para protocolar medida urgente relacionada à liberdade do seu cliente. Segundo a advogada, aguardar a retomada do expediente normal na segunda-feira subsequente tornará inútil a providência pretendida. Considerando o contexto hipotético, é correto afirmar que a medida:

- Deve ser encaminhada diretamente ao Tribunal pleno, porque qualquer pedido relacionado à liberdade individual exige deliberação colegiada imediata.
- Deve ser submetida ao plantão noturno do Tribunal, por se tratar de situação urgente, fora do expediente normal, cabendo sua apreciação ao desembargador plantonista competente, conforme a natureza da matéria. – **OPÇÃO CORRETA**
- Deve ser distribuída normalmente a uma câmara criminal, ainda que fora do expediente, pois o plantão não alcança pedidos relacionados a *habeas corpus* ou medidas urgentes relacionadas ao direito de liberdade individual.
- Somente poderá ser apreciada na segunda-feira, pois o regimento interno reserva o plantão apenas para providências administrativas do tribunal, salvo o plantão de férias e feriados, que não se aplica a finais de semana regulares.

Questão 26

Considere, hipoteticamente, que uma petição de mandado de segurança chega ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais no fim da tarde, antes da distribuição. O advogado responsável sustenta que a demora na distribuição poderá frustrar a eficácia da liminar pretendida. Tendo em vista o contexto hipotético, trata-se da autoridade que deve analisar esse pedido urgente, antes da distribuição:

- O segundo vice-presidente, porque sua competência abrange a triagem de medidas urgentes antes da distribuição.
- O presidente do Tribunal, porque todo pedido liminar formulado antes da distribuição é de sua competência originária.
- O Corregedor-Geral de Justiça, pois toda situação urgente envolvendo funcionamento do Judiciário deve ser submetida à Corregedoria.
- O primeiro vice-presidente, pois lhe compete apreciar pedido urgente de liminar em mandando de segurança, *habeas corpus* e outras medidas quando a espera da distribuição puder comprometer a eficácia da providência. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 27

Durante análise de processos repetitivos envolvendo a mesma controvérsia jurídica em diferentes Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, identifica-se a necessidade de instaurar incidente para uniformizar a solução da questão. Após requerimento para preparação da minuta de informação, trata-se do órgão que deve ser indicado como competente para processar e julgar o incidente, observada a vinculação às Câmaras Cíveis representadas:

- O Conselho da Magistratura, porque todo procedimento de uniformização de entendimento do Tribunal é matéria administrativa de supervisão da magistratura.
- O Tribunal Pleno, porque incidentes que possam influenciar vários processos devem ser submetidos diretamente a todos os Desembargadores para análise e votação.
- A Seção Cível competente, pois cabe às Seções Cíveis processar e julgar incidentes de resolução de demandas repetitivas, observada a competência das câmaras cíveis nelas representadas. – **OPÇÃO CORRETA**
- A Corregedoria-Geral de Justiça, pois a multiplicidade de processos semelhantes, com decisões diferentes, caracteriza problema de organização judiciária e deve ser solucionada por ato correicional.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Questão 28

Após o término de um relacionamento afetivo que durou três anos, Ricardo passou a enviar mensagens diárias para Juliana, exigindo a retomada da convivência. Diante da recusa de Juliana, Ricardo começou a ameaçá-la, ofendê-la e divulgar informações pessoais para amigos em comum. Os fatos ocorreram exclusivamente por meios eletrônicos, sem contato físico entre as partes. Ao procurar atendimento especializado, Juliana foi informada sobre a legislação de proteção à mulher, que poderia ser aplicada ao caso. Considerando as disposições da Lei nº 11.340/2006, assinale a afirmativa correta.

- A Lei Maria da Penha não se aplica quando as agressões ocorrerem sem contato presencial entre agressor e vítima.
- A aplicação da Lei Maria da Penha depende da existência de coabitação entre agressor e vítima no momento da prática do ato delituoso.
- **A proteção conferida pela Lei Maria da Penha pode incidir mesmo após o término do relacionamento, desde que a violência esteja relacionada ao vínculo anteriormente existente. – OPÇÃO CORRETA**
- A prática de ameaças, ofensas e divulgação de informações pessoais por meios eletrônicos não caracteriza situação apta a atrair a incidência das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Questão 29

Patrícia registrou ocorrência policial relatando ameaças reiteradas praticadas por seu ex-companheiro. Durante o atendimento, informou sentir temor constante de novos episódios de violência e requereu providências destinadas a resguardar sua integridade e segurança. Recebidas as informações iniciais, foi discutida a possibilidade de adoção de medidas voltadas à proteção da vítima. Com base na Lei nº 11.340/2006, assinale a afirmativa correta.

- A concessão de medidas protetivas pressupõe a conclusão da investigação criminal acerca dos fatos narrados.
- A existência de sentença penal condenatória constitui requisito para a adoção de medidas protetivas em favor da vítima.
- A concessão de medidas protetivas de urgência está condicionada à prévia demonstração da materialidade e da autoria de infração penal praticada contra a vítima.
- **A adoção de medidas protetivas de urgência pode ser determinada para prevenir a continuidade ou a escalada da violência contra a mulher, visando resguardar a integridade da vítima diante da situação de risco narrada. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 30

Durante discussão ocorrida em ambiente familiar, Marcelo passou a controlar integralmente os recursos financeiros de sua companheira, impedindo-a de utilizar sua própria renda, retendo seus documentos pessoais e restringindo sua administração sobre bens adquiridos ao longo da convivência. Embora não tenha ocorrido agressão física, a vítima relatou prejuízos significativos à sua autonomia e independência econômica. Ao analisar o caso, os órgãos de proteção discutiram o enquadramento jurídico das condutas narradas. À luz da Lei nº 11.340/2006, assinale a afirmativa correta.

- **Condutas que afetem a autonomia econômica da mulher podem configurar forma de violência abrangida pela Lei Maria da Penha. – OPÇÃO CORRETA**
- A caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher depende da demonstração de ofensa à integridade corporal da vítima.
- A aplicação da Lei Maria da Penha exige que a conduta praticada pelo agressor produza resultado lesivo à saúde física e/ou mental da mulher.
- A caracterização de violência doméstica e familiar contra a mulher depende da demonstração de ofensa à integridade física ou psicológica da vítima, não sendo suficiente a existência de restrições relacionadas à gestão de recursos econômicos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESAO tempo da Justiça e o tempo da saúde mental

O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo, o mundo espera de nós. Um pouco mais de paciência.
(Lenine, “Paciência”)

O tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. Essa constatação é um convite à reflexão e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada por quem pensa em ingressar com uma ação judicial.

É preciso reconhecer que judicializar um conflito nem sempre é uma escolha. Em muitos casos, especialmente nas situações mais dramáticas, não há espaço para construção consensual ou para qualquer tentativa de composição prévia. Há circunstâncias em que a urgência se impõe, o direito corre risco de perecimento ou o próprio bem jurídico a ser tutelado reclama proteção imediata. Nessas hipóteses, a judicialização deixa de ser alternativa e se revela imperativa. O Judiciário não é apenas um caminho possível, mas o único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade ou à urgência do caso, assegurando a efetividade da tutela jurídica.

Contudo, há inúmeras situações em que, ao pensar no tempo, é preciso saber e compreender que um processo judicial exige bem mais do que argumentos e provas. Ele demanda tempo psíquico, estabilidade emocional e resistência subjetiva.

Isso porque o tempo da Justiça é outro. Entre petições, prazos, recursos, audiências e diligências, a realidade de quem vive o processo é marcada por incerteza, frustração e desgaste. Há quem ajuíze uma ação esperando uma solução rápida para uma dificuldade presente, e, no entanto, encontra um longo percurso de formalidades, confrontos e demoras que podem, inclusive, ampliar essa dificuldade.

A maturação do conflito judicializado exige tempo, e isso faz parte da própria dinâmica processual.

Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial. Fala-se em custos financeiros, em estratégias, em teses e na interpretação do direito aplicável ao caso, entre outros aspectos. Mas e a ansiedade de cada andamento? A angústia de uma audiência? O medo de perder? O trauma de reviver os fatos dolorosos em juízo? Toda ação judicial, por mais legítima que seja, carrega um peso invisível.

Isso não significa dizer que não se devam ajuizar ações. Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário. Mas, para tantas outras situações, a reflexão que se propõe é anterior: para você, compensa, neste momento, ajuizar esta ação? Há outros meios possíveis, como, por exemplo, a mediação ou a conciliação? Você está emocionalmente disposto para o que pode vir?

Não há uma resposta pronta. Cada ser humano é um “mundo” em si, com dores, tempos e subjetividades próprias. É a partir dessa dimensão subjetiva que se deve refletir. Não existe uma receita única ou padronizada. Saber se estamos “minimamente preparados”, ou mesmo se queremos enfrentar o percurso de um processo, é, a depender do contexto, tão importante quanto ter razão.

Nessa perspectiva, é fundamental refletir sobre os impactos que ultrapassam o campo do Direito e a dinâmica processual. Litígios envolvem pessoas, sentimentos e fragilidades. (Re)conhecer essa vertente é, em alguma medida, humanizar a prática jurídica e admitir que o processo também pode gerar adoecimento, e que o sistema de Justiça precisa considerar e olhar para os sujeitos que dele dependem.

Em última análise, entre a razão do direito e a dor vivida, que saibamos ponderar. Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, possa discernir se é o momento de seguir por essa via ou de buscar outros meios. Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, “a vida é tão rara, tão rara”.

(Por: Gustavo Machado. Migalhas. Portal de Notícias e Artigos Jurídicos. Publicado em: 27/02/2026.)

Questão 31

No 2º§, o autor aborda as situações em que as pessoas decidem recorrer à Justiça. A partir dos argumentos apresentados nesse trecho, depreende-se corretamente que:

- Para o autor, a mediação prévia é obrigatória e indispensável, independentemente da urgência ou do drama vivido pelas partes.
- O papel principal do Poder Judiciário, segundo o trecho, é desacelerar os conflitos para que as partes alcancem a estabilidade emocional.
- A busca por uma resposta institucional deve ser evitada quando o cidadão percebe que a estrutura do sistema é incapaz de resolver o problema.
- **Existem contextos específicos em que a gravidade e a iminência da perda de um direito anulam a possibilidade de uma negociação amigável, tornando o processo a única saída viável. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 32

Ao associar a análise do sistema de Justiça à letra da música de Lenine – “O mundo vai girando cada vez mais veloz [...] *Um pouco mais de paciência.*” (subtítulo), a intenção principal do autor do texto é:

- Sugerir que a solução para os problemas do Judiciário está na dependência de uma mudança na velocidade do giro do mundo.
- **Evidenciar que o tempo burocrático e técnico dos processos ignora o ritmo psicológico e o bem-estar emocional dos envolvidos. – OPÇÃO CORRETA**
- Demonstrar que a aceleração do mundo moderno tornou o sistema de Justiça mais rápido e mais eficiente do que em épocas passadas.
- Provar que a paciência é uma virtude jurídica obrigatória na atualidade, sem a qual o cidadão perde o direito de exigir seus bens por via judicial.

Questão 33

No trecho “*Há quem ajuíze uma ação esperando uma solução rápida para uma dificuldade presente, e, no entanto, encontra um longo percurso de formalidades, confrontos e demoras que podem, inclusive, ampliar essa dificuldade.*” (4º§), a relação que se estabelece entre a expectativa inicial de quem recorre à Justiça e o resultado obtido ao longo do processo é de:

- Complementaridade, pois as formalidades do caminho confirmam a agilidade esperada pelo cidadão.
- Causalidade, visto que a busca por rapidez é a causa direta do aumento das formalidades burocráticas.
- Reciprocidade, já que o percurso longo e os confrontos são planejados de comum acordo entre as partes.
- **Frustração e contraste, pois a realidade do percurso se opõe à velocidade pretendida, podendo agravar o problema original. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 34

No trecho “*A maturação do conflito judicializado exige tempo, e isso faz parte da própria dinâmica processual.*” (5º§), a palavra “*maturação*” é empregada em sentido conotativo (figurado). Ao reescrever o trecho substituindo esse vocábulo por um sinônimo contextual, de sentido figurado, e mantendo a mesma ideia de processo gradativo e natural, a alternativa que apresenta a substituição correta e o respectivo significado do termo no texto é:

- Obsolescência: perda da utilidade prática da ação judicial.
- Envelhecimento: deterioração das provas com o passar dos anos.
- Solidificação: endurecimento das regras formais do rito processual.
- **Decantação: sedimentação e clareamento natural das nuances do problema. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 35

No encerramento do texto, o autor utiliza uma estrutura típica de interlocução direta: “[...] *para você, compensa, neste momento, ajuizar esta ação?* [...] *Você está emocionalmente disposto para o que pode vir?*” (7º§). Sobre a estratégia de simular marcas da linguagem oral (diálogo) dentro de um texto escrito formal, assinale a alternativa que justifica corretamente o uso dessa variante.

- Revela um recurso de coesão obrigatório, pois, em textos analíticos, o autor deve interpelar o leitor na segunda pessoa para validar suas teses.
- **É um recurso estilístico voluntário que rompe o distanciamento técnico da escrita, por meio de uma simulação de conversa com o leitor, aproximando-o do tema. – OPÇÃO CORRETA**
- Trata-se de um deslize gramatical do autor, que não conseguiu manter o distanciamento e a impessoalidade exigidos pela modalidade escrita e pelo contexto textual.
- É uma inadequação da variante culta, uma vez que perguntas diretas ao leitor são restritas a textos informais e ambientes digitais que envolvem mensagens instantâneas.

Questão 36

A respeito das regras de uso da vírgula e dos efeitos de sentido que sua omissão ou deslocamento provocam, analise os trechos extraídos do texto-base e assinale a alternativa gramaticalmente correta.

- Em “*Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais [...]*” (6º§), as duas vírgulas que isolam a expressão “*ou nada*” são facultativas e, se retiradas, tornam a frase semanticamente incoerente.
- No trecho “*Nessas hipóteses, a judicialização deixa de ser alternativa [...]*” (2º§), a retirada da vírgula após a palavra “*hipóteses*” acarretaria erro gramatical imediato, por se tratar de um sujeito deslocado.
- No fragmento “[...] *o sistema de Justiça precisa considerar e olhar para os sujeitos que dele dependem.*” (9º§), é obrigatório o uso de uma vírgula antes da conjunção “*e*”, por conectar dois verbos com regências diferentes.
- No trecho “[...] *a reflexão que se propõe é anterior: [...]*” (7º§), a inserção de uma vírgula imediatamente antes e outra depois da oração “*que se propõe*” manteria a correção gramatical, mas alteraria o sentido, transformando uma restrição em uma explicação. – OPÇÃO CORRETA

Questão 37

Ao longo do texto o autor recorre a sinais gráficos acessórios como aspas e travessões. Sobre o emprego desses sinais, assinale a alternativa cuja justificativa sintático-estilística está correta.

- No 8º§, o uso de aspas na palavra “*mundo*” sinaliza que o termo foi empregado em seu sentido estrito, geográfico e denotativo.
- No 10º§, as aspas no trecho “*a vida é tão rara, tão rara*” justificam-se gramaticalmente por se tratar de uma transcrição literal de autoria alheia inserida no texto (intertextualidade). – OPÇÃO CORRETA
- No 3º§, o uso de parênteses é a forma gramaticalmente aceitável para isolar a expressão “*ao pensar no tempo*”, sendo que o emprego de vírgulas ou travessões nesse contexto descumpra a regra gramatical.
- No trecho “[...] *e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada [...]*” (1º§), se o autor substituísse as duas vírgulas por dois travessões, o período se tornaria gramaticalmente incorreto, devido à presença da conjunção coordenativa.

Questão 38

No 2º§ do texto, observa-se a seguinte construção na voz ativa: “*O Judiciário não é apenas um caminho possível, mas o único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade ou à urgência do caso, assegurando a efetividade da tutela jurídica.*” Ao transpor a oração reduzida de gerúndio “*assegurando a efetividade da tutela jurídica*” para a voz passiva analítica, mantendo o tempo verbal original e fazendo as adequações sintáticas necessárias, o resultado gramaticalmente correto será:

- “[...] assegurando-se a efetividade da tutela jurídica”.
- “[...] seja assegurada a efetividade da tutela jurídica”.
- “[...] sendo assegurada a efetividade da tutela jurídica”. – OPÇÃO CORRETA
- “[...] tendo assegurado a efetividade da tutela jurídica”.

Questão 39

Analise a transcrição do trecho final do texto: “*Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, ‘a vida é tão rara, tão rara’.*” Considerando uma possível reescrita do trecho, ao fundir as duas orações explicativas finais em um único período, utilizando conectivos coordenados e subordinados combinados, a articulação das conjunções mantém a correção sintática e a coerência lógica exigidas pelo fechamento do texto na seguinte alternativa:

- “Portanto o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental, contudo a vida é rara como lembra a canção de Lenine.”
- “O tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental, conquanto a vida ainda assim seja tão rara, logo que nos lembra a canção de Lenine.”
- “À medida que o tempo da Justiça não é o mesmo tempo da saúde mental, a vida torna-se rara, para que a canção de Lenine nos lembre sempre disso.”
- “Visto que o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental e posto que a vida seja rara, conforme lembra a canção de Lenine, impõe-se a necessidade de ponderação.” – OPÇÃO CORRETA

Questão 40

Considere o seguinte período extraído do 1º§ do texto-base: “*Essa constatação é um convite à reflexão e, embora eventualmente incômoda, precisa ser considerada por quem pensa em ingressar com uma ação judicial.*” Ao reescrever o trecho substituindo a conjunção “*embora*” por um termo equivalente que mantenha o exato valor concessivo e a correção gramatical do período original, a palavra em destaque deve ser substituída por:

- Contanto.
- **Conquanto. – OPÇÃO CORRETA**
- A menos que.
- Na medida em que seja.

Questão 41

Considere as duas ocorrências do vocábulo “*se*” no seguinte fragmento: “*Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial. Fala-se em custos financeiros, em estratégias, [...]*” (6º§). Tendo em vista as regras de regência dos verbos envolvidos e a estrutura sintática de cada oração, a função desse elemento nos dois momentos classifica-se, correta e respectivamente, como:

- **Índice de indeterminação do sujeito e índice de indeterminação do sujeito. – OPÇÃO CORRETA**
- Pronome reflexivo com função de objeto direto e pronome reflexivo com função de objeto indireto.
- Partícula apassivadora (exige sujeito paciente no plural) e índice de indeterminação do sujeito (exige verbo na terceira pessoa do singular).
- Índice de indeterminação do sujeito (objeto indireto preposicionado implícito) e partícula apassivadora (composta por sujeito indeterminado).

Questão 42

Analise o valor semântico dos termos destacados nos fragmentos a seguir.

1. “[...] *precisa ser considerada por quem pensa em ingressar [...]*” (1º§).
2. “[...] *não há espaço para construção consensual [...]*” (2º§).
3. “[...] *a reflexão que se propõe é anterior: para você, compensa, [...]*” (7º§).
4. “[...] *que saibamos ponderar. Que cada pessoa, à luz de sua história [...]*” (10º§).

A associação está correta em

- 1. Modo 2. Finalidade 3. Concessão 4. Tempo.
- 1. Causa 2. Direção 3. Tempo 4. Conformidade.
- 1. Instrumento 2. Consequência 3. Posse 4. Proporção.
- **1. Agente da Passiva 2. Finalidade 3. Ponto de vista 4. Conformidade/fundamento. – OPÇÃO CORRETA**

Questão 43

Considerando que o emprego da crase, em alguns contextos, pode alterar profundamente o sentido original da frase ou o papel sintático das palavras, analise as seguintes propostas de alteração do texto e assinale a afirmativa correta.

- Em “*Essa constatação é um convite à reflexão [...]*” (1º§), a substituição de “*reflexão*” por “*acordo*” exigiria a manutenção do acento grave, visto que a regência do termo “*convite*” permanece inalterada.
- No trecho “[...] *único capaz de oferecer resposta institucional adequada à gravidade [...]*” (2º§), a retirada do acento grave em “*à gravidade*” manteria a frase gramaticalmente correta, alterando a ênfase estilística.
- **No trecho “*Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, [...]*” (10º§), se a locução prepositiva feminina “*à luz de*” fosse substituída pela locução sinônima “*sob a ótica de*”, o acento indicativo de crase seria eliminado da estrutura, mantendo a correção gramatical e o sentido original. – OPÇÃO CORRETA**
- Na reescrita do fragmento “*Pouco, ou nada, se fala sobre os custos emocionais de uma ação judicial.*” (6º§), ao substituir a preposição “*sobre*” pela locução equivalente “*a respeito de*”, deve-se empregar o acento grave, resultando em “*Pouco, ou nada, se fala à respeito dos custos emocionais [...]*”.

Questão 44

Considere o seguinte período extraído do 7º§ do texto-base: *“Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário.”* Quanto ao valor semântico e à função sintática exercida pelo vocábulo destacado, assinale a alternativa que analisa corretamente o seu emprego ou a proposta de reescrita do trecho.

- O termo “*senão*” funciona como uma conjunção integrante, cuja função é introduzir uma oração subordinada substantiva subjetiva.
- No contexto apresentado, o termo “*senão*” introduz uma ideia de alternância excludente, equivalendo morfologicamente à conjunção coordenativa “*ou*”.
- O vocábulo “*senão*” é empregado com o valor semântico de “*a não ser*”, “*exceto*” ou “*fora*”, atuando como uma preposição accidental para delimitar a única alternativa restante ao jurisdicionado. – **OPÇÃO CORRETA**
- Caso o autor quisesse reescrever o trecho mantendo o sentido original, a palavra destacada poderia ser substituída diretamente pela locução separada “*se não*”, resultando em: “[...] *não há outra solução se não buscar o Poder Judiciário*”.

Questão 45

Analise as duas ocorrências do verbo “*haver*” nos seguintes fragmentos do texto-base:

1. “*Há circunstâncias em que a urgência se impõe, [...]*” (2º§).
2. “*Como dito, muitas vezes não há outra solução senão buscar o Poder Judiciário.*” (7º§).

Considerando uma possível reescrita dos trechos, alterando os tempos verbais ou substituindo o verbo “*haver*” por sinônimos, assinale a alternativa em que a nova estrutura atende rigorosamente à norma-padrão da língua.

- Ao transpor o primeiro trecho para o pretérito perfeito do indicativo, a concordância correta exige o plural: “*Houveram circunstâncias em que a urgência se impôs [...]*”.
- Substituindo-se o verbo “*haver*” do segundo trecho pelo sinônimo “*existir*”, a concordância correta estabelece-se em: “*Como dito, muitas vezes não existem outras soluções senão buscar o Poder Judiciário*”. – **OPÇÃO CORRETA**
- Caso o verbo “*haver*” do primeiro trecho fosse substituído pelo verbo “*existir*”, mantendo o tempo presente, a harmonia sintática do período seria preservada em: “*Existe circunstâncias em que a urgência se impõe [...]*”.
- Se o segundo fragmento fosse reescrito em uma estrutura de tempo composto no passado, o verbo auxiliar deveria flexionar-se no plural, resultando em: “*Como dito, muitas vezes não devem haver outras soluções senão buscar [...]*”.

Questão 46

Analise o seguinte excerto: “*Isso não significa dizer que não se devam ajuizar ações.*” (7º§). Em relação à estrutura sintática da oração subordinada final e às regras de regência e concordância, assinale a alternativa que justifica correta e respectivamente a flexão no plural do verbo “*devam*” e a posição do pronome “*se*”.

- O verbo flexiona-se no plural para concordar com o sujeito indeterminado; o pronome “*se*” está em próclise devido à eufonia da conjunção integrante “*que*”.
- Trata-se de um caso de concordância facultativa, em que o verbo poderia ficar no singular (“*deva*”), caso a ênfase fosse a ação de ajuizar; o pronome “*se*” atua como sujeito acusativo da locução verbal.
- O verbo auxiliar “*devam*” flexiona-se no plural para concordar com o sujeito paciente “*ações*”, em uma estrutura de voz passiva sintética; o pronome “*se*” encontra-se em próclise atraído pelo advérbio de negação “*não*”. – **OPÇÃO CORRETA**
- A flexão no plural decorre da concordância atrativa com o termo “*Isso*”, que inicia o período composto e retoma os questionamentos no parágrafo anterior; o pronome “*se*” exerce a função de objeto indireto reflexivo.

Questão 47

No 10º§, o autor constrói o fechamento de sua argumentação utilizando o seguinte arranjo sintático: “*Que cada pessoa, à luz de sua história e do seu tempo interno, possa discernir se é o momento de seguir por essa via ou de buscar outros meios. Porque o tempo da Justiça não é o tempo da saúde mental. E porque, como nos lembra a canção de Lenine, ‘a vida é tão rara, tão rara’.*” Sobre os processos de coordenação e subordinação que estruturam esse encerramento, assinale a afirmativa correta.

- O segmento “*se é o momento*” classifica-se como uma oração subordinada adverbial condicional, cuja função é impor um requisito para o ato de discernir.
- As duas últimas frases iniciadas por “*Porque*” e “*E porque*” classificam-se, no padrão da norma culta tradicional, como orações coordenadas sindéticas conclusivas.
- O período composto que abre o parágrafo apresenta uma estrutura de subordinação em que “*de seguir por essa via*” funciona como oração subordinada substantiva predicativa.
- O trecho “*como nos lembra a canção de Lenine*” constitui uma oração subordinada adverbial conformativa, que funciona como autoridade externa para fundamentar a tese do autor. – **OPÇÃO CORRETA**

Questão 48

Considere o excerto *“O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo, o mundo espera de nós. Um pouco mais de paciência.”* (subtítulo). Ao unir os três períodos em um único período composto, substituindo a locução coloquial *“a gente”* pela norma culta e mantendo rigorosamente a coerência e as relações de causa e efeito originais, a reescrita gramaticalmente correta é:

- “O mundo vai girando cada vez mais veloz, porquanto nós esperamos dele e ele de nós; fazendo-se necessário, portanto, um pouco mais de paciência.”
- **“À medida que o mundo vai girando cada vez mais veloz e esperamos dele o que ele espera de nós, impõe-se a necessidade de um pouco mais de paciência.” – OPÇÃO CORRETA**
- “Conquanto o mundo vá girando cada vez mais veloz e nós esperemos dele o mesmo que ele espera de nós, torna-se imperativo um pouco mais de paciência.”
- “À medida em que o mundo vai girando cada vez mais veloz, onde esperamos do mundo o que ele espera de nós, fazem-se necessário um pouco mais de paciência.”

Questão 49

Considere, hipoteticamente, que o estagiário de determinado Tribunal de Justiça precisa enviar um Ofício a um Ministro de Estado solicitando a publicação de um trabalho voltado à saúde mental dos servidores. De acordo com as normas de padronização, pronomes de tratamento e concordância do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta o vocativo e a estrutura de concordância pronominal corretos.

- **Vocativo: Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Vossa Excelência que determine a publicação de suas portarias...” – OPÇÃO CORRETA**
- Vocativo: Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Sua Excelência que determine a publicação de vossas portarias...”.
- Vocativo: Excelentíssimo Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Vossa Excelência que determine a publicação de vossas portarias...”.
- Vocativo: Excelentíssimo Senhor Ministro; Corpo do texto: “Solicito a Sua Excelência que determine a publicação de suas portarias...”.

Questão 50

Considere que o estagiário de determinado Tribunal de Justiça precisa dar andamento a um processo administrativo, enviando instruções e uma determinação de análise para um setor técnico do mesmo órgão. Com base no Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que apresenta a conduta e a padronização corretas para essa tramitação.

- **Para dar prosseguimento ao processo de forma rápida, manifestando-se por meio de uma instrução direta à equipe técnica, o estagiário deve utilizar o “Despacho”. – OPÇÃO CORRETA**
- Em nome do princípio da concisão, o estagiário pode omitir a fundamentação legal da demanda, desde que o objetivo do texto seja resumido em uma única linha.
- Para realizar essa comunicação interna, o estagiário deve emitir um “Memorando”, já que o uso do Padrão Ofício é destinado ao envio de documentos a instituições externas.
- Para cumprir o princípio da clareza, o estagiário deve utilizar jargões técnicos e vocabulário de circulação restrita, visto que o documento circulará apenas no ambiente administrativo.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.